

Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura – SAFCC

Quem somos?

A Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura (SAFCC) é responsável pela presença do Ministério da Cultura (MinC) em todo o território nacional, por meio da implementação dos Escritórios Estaduais do MinC e dos Comitês de Cultura em todas as Unidades da Federação; pela articulação federativa por meio do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e das representações do Estado e da sociedade civil: o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), a Conferência Nacional de Cultura (CNC) e a Comissão Intergestores Tripartite (CIT); e pela articulação e construção das diretrizes de leis e iniciativas que envolvam a transferência de recursos da União e demais ações de fomento descentralizadas aos entes federativos.

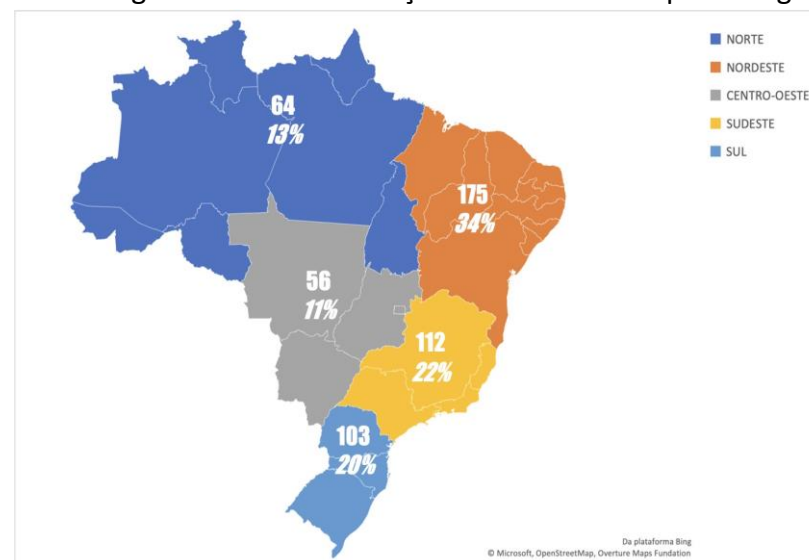
Nossa atuação em 2025 (até dezembro), referente às Entregas Estratégicas

Formação, Articulação Federativa e Comunicação nos Territórios

A entrega de legado Formação, Articulação Federativa e Comunicação nos Territórios, por meio do Programa Nacional

dos Comitês de Cultura (PNCC) consiste na implantação de uma rede nacional de Comitês de Cultura e Agentes Territoriais de Cultura, com o foco na formação cidadã, mobilização social e comunicação cultural, promovendo o acesso às políticas públicas de cultura nos territórios e fortalecendo a democracia cultural em todo o país. As 601 vagas de Agentes Territoriais de Cultura (ATC), distribuídas pelas 510 Regiões Imediatas do IBGE, foram preenchidas por meio de editais públicos lançados pelos Institutos Federais parceiros.

Figura 1. Distribuição dos ATC por região



Fonte: SAFCC/MinC (2025)

A distribuição regional dos ATCs assegurou equidade territorial: Nordeste (34%), Sudeste (22%), Sul (20%), Norte (13%) e Centro-Oeste (11%).

Os Termos de Execução Descentralizada (TEDs) foram firmados com um Instituto Federal de cada região brasileira, garantindo a base legal e administrativa das ações.

Os Agentes Territoriais de Cultura, já formados pelo programa, se encontram em plena atuação, articulados aos Comitês de Cultura, que funcionam como espaços permanentes de participação social, formação e articulação federativa.

No primeiro semestre de 2025, o PNCC avançou significativamente na execução das ações de formação e articulação cultural nos territórios. Além da execução dos planos de trabalho pactuados, uma das estratégias para integrar os Agentes Territoriais de Cultura e os Comitês de Cultura foi a realização de Encontros Regionais, fortalecendo a rede, promovendo trocas de experiências e processos formativos pontuais.

O primeiro Encontro Regional ocorreu em março de 2025, na região Norte, em Belém-PA. O segundo aconteceu em maio, em Natal-RN, reunindo representantes de todos os estados do Nordeste. Em junho, realizou-se o Encontro do Centro-Oeste, em Goiânia-GO. Já os Encontros do Sudeste e do Sul ocorreram em agosto, no Rio de Janeiro-RJ e em Pelotas-RS, respectivamente. A programação de cada um dos encontros contou com debates, formações, apresentações culturais, oficinas e rodas de conversa, favorecendo o compartilhamento de saberes e a consolidação das ações conjuntas.

As atividades de formação dos Agentes Territoriais de Cultura (ATC) estão com 100% do cronograma de cursos já realizados. Como estratégia de fortalecimento da rede e alinhamento das ações territoriais, foram realizados cinco Encontros Regionais, um em cada macrorregião do país, ao longo de 2025. Esses encontros reuniram agentes territoriais, comitês, gestores públicos e representantes da sociedade civil, promovendo escuta ativa, formação, intercâmbio de experiências e planejamento conjunto.

O ciclo anual foi concluído com a realização do Encontro Nacional do PNCC, entre os dias 16 e 19 de novembro de 2025, em Brasília, reunindo 1.200 participantes diretos, entre agentes territoriais, representantes dos Comitês de Cultura, equipes dos Escritórios Estaduais do MinC, Institutos Federais parceiros e órgãos do Governo Federal.

Os resultados alcançados em 2025 evidenciam impacto expressivo nos territórios:

- **Mais de 1.200 ações realizadas pelos Comitês de Cultura, entre formações, mobilizações e atividades socioculturais;**
- **Mais de 91 mil pessoas diretamente alcançadas pelas ações dos Comitês;**
- **1.200 ações estruturadas presenciais realizadas pelos ATCs, distribuídas em todas as microrregiões brasileiras;**
- **Rede nacional consolidada, com presença efetiva em 100% das Regiões Imediatas do IBGE.**

Esses resultados demonstram a efetividade do modelo de atuação territorializada, com forte participação social e articulação federativa.

O PNCC contribuiu de forma significativa para o fortalecimento da governança cultural, ampliando a capacidade da sociedade civil de participar da formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas de cultura. A atuação integrada entre Comitês de Cultura, Agentes Territoriais, Institutos Federais e o Ministério da Cultura reforçou o caráter federativo e democrático do Sistema Nacional de Cultura.

A experiência de 2025 consolidou o PNCC como instrumento estratégico de educação popular, participação social e articulação federativa, alinhado às diretrizes do Plano Plurianual e às boas práticas de gestão pública orientada a resultados.

O exercício de 2025 marca um ciclo de consolidação do Programa Nacional dos Comitês de Cultura como política pública estruturante. Os resultados alcançados demonstram que a presença permanente do Estado nos territórios, associada à participação social organizada, é fundamental para a efetividade das políticas culturais.

O PNCC segue como eixo estratégico para o fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura, com perspectivas de aprofundamento das ações, ampliação de impactos e consolidação dos resultados nos exercícios subsequentes.

Pactuação Federativa – Sistema Nacional de Cultura (SNC)

A entrega de legado Pactuação Federativa – Sistema Nacional de Cultura (SNC) consiste na estruturação normativa, formativa e institucional necessária à consolidação de um modelo de gestão compartilhada da cultura, fundamentado na cooperação entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Essa entrega visa assegurar o pleno funcionamento do SNC como política pública de Estado, orientada pelos princípios da gestão democrática, da participação social e da cooperação federativa.

A meta central dessa agenda é a regulamentação do marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura, instituído pela [Lei nº 14.835/2024](#), por meio da elaboração e implementação de três decretos estruturantes: o Decreto da Comissão Intergestora Tripartite (CIT), o Decreto da Participação Social e o Decreto das Diretrizes de Governança e Gestão do SNC. Esses instrumentos normativos são essenciais para conferir estabilidade institucional, transparência e previsibilidade à política cultural nacional.

Ao longo do exercício de 2025, a agenda de pactuação federativa apresentou avanços consistentes, especialmente no que se refere à estruturação normativa, ao fortalecimento das instâncias de governança e à ampliação do diálogo federativo. As ações concentraram-se na regulamentação do Marco Regulatório do SNC, na ativação dos espaços de participação social e na articulação permanente entre os entes federativos.

No campo da regulamentação normativa, destaca-se a conclusão integral do processo de instituição da Comissão Intergestora Tripartite (CIT), com a publicação do [Decreto nº 12.719/2025](#), consolidando essa instância como espaço permanente de pactuação federativa da política cultural. A consultoria técnica vinculada à CIT foi executada integralmente, assegurando suporte técnico qualificado à formulação e consolidação do decreto e fortalecendo a governança cooperativa do SNC.

Em relação ao Decreto de Regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, houve avanço significativo com a consolidação da minuta normativa, incorporando as contribuições técnicas da consultoria especializada. A execução integral da consultoria conferiu elevado grau de maturidade técnica ao processo regulatório.

Paralelamente, avançou a elaboração do Decreto da Participação Social e do Decreto das Diretrizes de Governança e Gestão do SNC, ambos em fase de construção, com consolidação de contribuições oriundas das áreas que compõem o Sistema MinC. O alinhamento institucional permanece em curso, com o objetivo de assegurar coerência normativa, integração sistêmica e aderência aos princípios da gestão democrática e federativa da cultura. No âmbito das instâncias de participação e articulação federativa, foi realizada, em dezembro de 2025, a 44ª Reunião do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), reafirmando o papel do colegiado como

espaço central de diálogo entre o poder público e a sociedade civil.

Embora não tenha havido definição final quanto à reestruturação do CNPC, o debate permaneceu ativo, com propostas em discussão e aprofundamento técnico. Nesse contexto, foram instituídas câmaras temáticas voltadas aos colegiados setoriais, fortalecendo o processo participativo e qualificando o debate sobre o futuro do sistema.

No eixo territorial e federativo, intensificaram-se as ações de articulação institucional, com a realização de reuniões no âmbito da agenda SNC/Territórios, encontros com a rede de gestores municipais de cultura e articulações permanentes com o Fórum de Secretários Estaduais de Cultura e o Fórum de Secretários de Cultura das Capitais. Adicionalmente, ocorreram reuniões bilaterais para acompanhamento dos sistemas estaduais de cultura, com destaque para os estados do Rio Grande do Sul, Amapá, Bahia e Goiás, permitindo monitorar avanços, identificar desafios e alinhar estratégias de fortalecimento do SNC nos territórios.

Como síntese dos principais avanços da execução em 2025, destacam-se a regulamentação integral da Comissão Intergestora Tripartite, o avanço decisivo na regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, com minutas normativas consolidadas e processos técnicos concluídos, o fortalecimento das instâncias de participação social e do diálogo federativo em todas as esferas e a ampliação da capacidade institucional dos

entes federados, por meio de ações integradas de formação, articulação e transparência.

Como ações complementares à regulamentação normativa, o Ministério da Cultura avançou de forma articulada nos eixos da formação, da comunicação institucional e da transparência. Destaca-se o lançamento do Programa de Formação de Gestores de Cultura, voltado ao fortalecimento da capacidade institucional dos entes federados, bem como a atualização da plataforma digital do SNC, ampliando a transparência e o acesso público às informações. Paralelamente, avançou a preparação do Seminário Nacional de Fortalecimento do SNC, concebido como espaço estratégico de consolidação do ciclo de pactuação federativa iniciado nesta gestão.

Os avanços obtidos em 2025 configuram legados estruturantes para a política cultural brasileira, assegurando governança compartilhada, previsibilidade institucional e maior acesso da população às políticas públicas de cultura. Para o exercício de 2026, a Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura e a Diretoria do Sistema Nacional de Cultura projetam a conclusão das etapas remanescentes da regulamentação do SNC até abril de 2026, incluindo a publicação do Decreto da Participação Social, do Decreto das Diretrizes de Governança e Gestão do SNC e o encaminhamento da proposta de reestruturação do CNPC.

Essa previsão decorre do grau avançado de maturidade técnica das minutas, da conclusão das consultorias especializadas e da

continuidade da agenda de articulação federativa e institucional.